

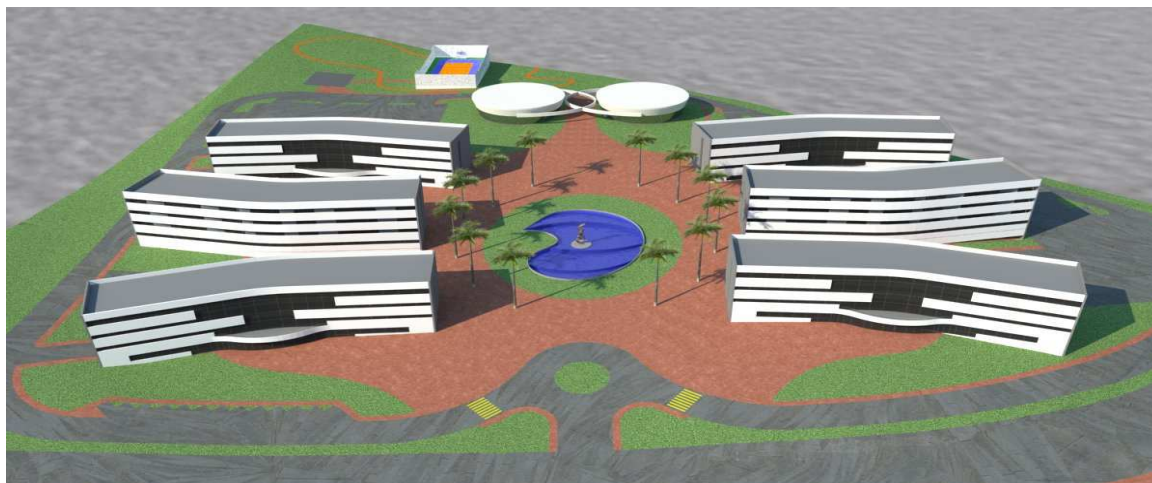


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Comarca de Rio Branco

Missão: *Garantir os direitos do jurisdicionado no Estado do Acre, com Justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a sociedade.*

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA JUIZ LEIGO E CONCILIADOR

CADERNO DE PROVAS – JUIZ LEIGO



INSTRUÇÕES – LEIA COM ATENÇÃO:

PROVA OBJETIVA

1. Verifique se seu caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, correspondentes à prova objetiva, e se estão corretamente ordenadas de 1 a 40, cada uma possuindo quatro alternativas “**A, B, C e D**”.
2. Caso o caderno de provas ou o cartão-resposta estejam incompletos ou apresentem algum defeito, comunique os fiscais de sala, que adotarão as providências adequadas.
3. Ao receber o **Cartão-Resposta**, assine seu nome, por extenso, e identifique-o com o número de sua inscrição. Transfira as respostas para esse cartão, utilizando apenas caneta de tinta azul ou preta, preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta, lembrando que só há uma resposta correta para cada questão, de acordo com o modelo:

- 01
- 02

PROVA SUBJETIVA

4. Verifique se seu caderno de provas contém 6 (seis) questões dispostas da seguinte forma: 05 (cinco) questões teóricas e 01 (uma) Sentença.
2. Ao receber seu caderno de provas, identifique-o com o número de sua inscrição.
6. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, repetida, ausência de página ou impressão defeituosa), solicite imediatamente ao fiscal de sala a substituição.
7. Cada caderno de provas conterá 2 (duas) folhas de rascunho para elaboração das respostas das questões teóricas e da sentença. As respostas e o texto devem ser transcritos para as respectivas “folhas oficiais de respostas”, pois os rascunhos não serão corrigidos.
8. Evite rasuras, pois elas poderão dificultar o entendimento de suas respostas.

INSTRUÇÕES GERAIS

9. A duração da prova é de **5 (cinco) horas**, incluindo a passagem das respostas para o Cartão-Resposta.
10. Ao terminar a prova, comunique ao fiscal da sala e devolva-lhe o seu Cartão-Resposta e o caderno de provas. Este último poderá ser levado pelo candidato somente no caso de **restarem 30 (trinta) minutos** para o término do tempo de prova.
11. Não é permitido o uso de aparelhos eletrônicos de quaisquer espécies, bem como o uso de óculos escuros e boné.
12. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno de provas poderá implicar a anulação da sua prova.
13. Aguarde a autorização do fiscal de sala para abrir o caderno e iniciar a prova.

BOA SORTE!



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Comarca de Rio Branco

1. Acerca do Mandado de Segurança é CORRETO afirmar que:

- A) É possível a impetração de Mandado de Segurança no Tribunal de Justiça contra sentença de Juizados Especiais Cíveis, quando a ação ataca a competência do Juizado Especial para processar e julgar caso que envolva valores acima dos atribuídos por lei a esses Juizados, e não o mérito da decisão.
- B) Não é cabível Mandado de Segurança contra ato judicial passível de recurso, mas é possível quando o ato for passível de correição.
- C) Considerando que o prazo de 120 (cento e vinte) dias para ajuizamento de Mandado de Segurança é decadencial, inicia-se a contagem no mesmo dia em que o interessado tiver ciência do ato e exclui-se o último dia, seja ele dia útil ou não.
- D) Não é cabível Mandado de Segurança para atacar lei de efeitos concretos.

2. Sobre direitos e deveres individuais e coletivos assinale a alternativa INCORRETA:

- A) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- B) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.
- C) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não estará sujeita em qualquer situação a objeto de penhora, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- D) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cuius".

3. Quanto ao *habeas corpus* é CORRETO dizer que:

- A) Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de *habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.
- B) É cabível *habeas corpus* ainda que extinta a pena privativa de liberdade.
- C) Não é cabível *habeas corpus* contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente, mas é cabível quanto à perda de função pública.
- D) Não é cabível *habeas corpus* em processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

4. Analise as proposições a seguir:

- I. As Constituições que se originam de uma Assembléia Geral Constituinte eleita pelo povo são chamadas de constituições outorgadas.
- II. As Constituições costumeiras têm como característica fundamental o surgimento informal, originando-se da sociedade.
- III. A Constituição histórica é aquela resultante da gradativa sedimentação jurídica de um povo, por meio de suas tradições.
- IV. A Constituição Brasileira de 1988 é exemplo clássico de Constituição sintética.

Está(ão) CORRETO(S):

- A) Apenas as proposições I e II.
- B) Apenas as proposições II e III.
- C) Apenas as proposições III e IV.
- D) todas as proposições.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Comarca de Rio Branco

5. Dentre os direitos sociais, a Magna Carta garante aos trabalhadores urbanos e rurais a:

- A) irredutibilidade do salário após um ano de trabalho ininterrupto e efetivo no cargo.
- B) remuneração isonômica entre trabalhador diurno e noturno.
- C) jornada de trabalho normal não superior a 10 (dez) horas diárias e 48 (quarenta e oito) horas semanais.
- D) remuneração do serviço extraordinário pelo menos 50% (cinquenta por cento) maior que o normal.

6. Os Princípios básicos da Administração Pública e do Direito Administrativo constituem regras de observância permanente e obrigatória ao Administrador. Com isso, podemos afirmar que:

- I. É dever do Administrador Público atuar segundo a lei, proibida sua atuação *contra-legem* e *extra-legem* – princípio da legalidade ou legalidade estrita.
- II. A Administração Pública está obrigada a policiar, em relação ao mérito e à legalidade, os atos administrativos que pratica, em atendimento ao princípio da autotutela.
- III. A Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá apenas aos princípios de observância obrigatória: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- IV. Segundo o princípio da finalidade o administrador público não pode praticar ato que se desvie da finalidade de satisfazer o interesse público, ficando impedido de buscar outro objetivo ou de praticá-lo no interesse próprio ou de terceiros.

Está(ão) CORRETO(S):

- A) Apenas o item I.
- B) Apenas o item III.
- C) Apenas os itens I, II e III.
- D) Apenas os itens I, II e IV.

7. Analise os itens abaixo:

- I. Em relação à extinção dos atos administrativos, a cassação do ato administrativo é a forma de extinção do ato legítimo na sua formação, mas tornando-se ilegal em sua execução.
- II. A anulação do ato administrativo em razão de ilegalidade produz efeito *ex tunc*.
- III. O Poder Executivo pode revogar o ato administrativo, por ele editado, por razões de conveniência e oportunidade.
- IV. A revogação é a invalidação do ato administrativo viciado, baixado por autoridade competente sem motivo ou com desvio de finalidade.

Está(ão) CORRETO(S):

- A) Apenas o item I.
- B) Apenas o item III.
- C) Apenas os itens I, II e III.
- D) Apenas os itens I, II e IV.

8. A conduta do agente público que se vale da publicidade oficial para realizar promoção pessoal atenta contra os seguintes princípios da Administração Pública:

- A) razoabilidade e legalidade.
- B) eficiência e publicidade.
- C) publicidade e proporcionalidade.
- D) impessoalidade e moralidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Comarca de Rio Branco

9. A empresa Miséria Engenharia Ltda. celebrou contrato administrativo com o Estado do Acre para a execução de determinada obra pública, a ser realizada no prazo de 2 (dois) anos. Após 6 (seis) meses da data da assinatura do contrato, houve a dissolução da referida sociedade empresária. Tal fato:

- A) não enseja qualquer providência, bastando que a empresa comunique à Administração Pública o fato ocorrido.
- B) constitui motivo para a rescisão do contrato administrativo, por ato escrito e unilateral da Administração Pública.
- C) constitui motivo para a alteração do contrato administrativo, a ser efetivada unilateralmente pela Administração Pública.
- D) acarretará a rescisão do contrato administrativo, que deverá, obrigatoriamente, ser realizada judicialmente, nos termos da legislação.

10. Assinale a alternativa CORRETA.

- A) A Constituição Federal de 1988 adotou expressamente a teoria da responsabilidade subjetiva, segundo a qual o ente estatal deve indenizar apenas os danos causados por seus agentes quando comprovada culpa ou dolo.
- B) A Constituição Federal de 1988 adotou a teoria do risco integral, segundo a qual o estado deve indenizar todos os danos causados por seus agentes, ainda que tenham sido causados por culpa concorrente ou exclusiva da vítima.
- C) A Constituição Federal de 1988 adotou expressamente a teoria da responsabilidade objetiva, segundo a qual o Estado deve indenizar os danos causados por seus agentes, independentemente de terem agido com culpa ou dolo.
- D) A teoria da responsabilidade objetiva, na forma como adotada pela Constituição Federal de 1988, impõe aos entes estatais o dever de indenizar os danos causados por seus agentes, independentemente da existência de causas excludentes de responsabilidade.

11. José da Silva possui 17 anos e deseja comprar um lote de terras. Neste caso, assinale a alternativa correta:

- A) José não poderá comprar o lote de terras, pois é absolutamente incapaz.
- B) José poderá comprar o lote de terras, desde que esteja assistido por seus representantes legais.
- C) Ainda que assistido por seus pais, José não poderá comprar o lote de terras, pois é relativamente capaz.
- D) José poderá, sozinho, comprar o lote de terras, pois é absolutamente capaz para os atos da vida civil.

12. São ações possessórias:

- A) Interdito proibitório, manutenção de posse e reintegração de posse.
- B) Nunciação de obra nova, reintegração de posse e manutenção de posse.
- C) Reivindicatória, interdito proibitório e reintegração de posse.
- D) Reivindicatória, manutenção de posse e interdito proibitório.

13. Assinale a alternativa correta com relação às obrigações solidárias passivas:

- A) Havendo pluralidade de credores, cada um poderá cobrar a dívida toda do devedor comum, sem necessidade de procuração dos demais credores.
- B) Em direito das obrigações é correto afirmar que obrigação indivisível é sinônimo de obrigação solidária passiva, pois a solidariedade torna indivisível o objeto da obrigação.
- C) O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum.
- D) A solidariedade passiva objetiva dar maior segurança aos devedores, pois impede que o credor faça a cessão de seu crédito a terceiros que não participaram na relação jurídica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Comarca de Rio Branco

14. Assinale a incorreta. São nulos os negócios jurídicos:

- A) celebrados por pessoas absolutamente incapazes e quando não revestirem a forma prescrita em lei.
- B) celebrados por vício resultado do erro, dolo, coação e lesão, ou tiverem por objetivo fraudar lei imperativa.
- C) cujo objeto for ilícito, impossível ou indeterminável.
- D) quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

15. Assinale a alternativa incorreta:

- A) Comodato é o empréstimo gratuito de coisa infungível.
- B) São três os elementos essenciais da compra e venda: preço, objeto e vontade.
- C) O contrato de fiança é acessório de um contrato principal.
- D) A locação pode ser, em hipóteses excepcionais, contrato gratuito.

16. Assinale a incorreta. A citação:

- A) É o ato pela qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender.
- B) É indispensável para a validade do processo.
- C) Quando válida, torna prevento o juízo, induz litispendência, faz litigiosa a coisa, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.
- D) Só poderá ser realizada no domicílio do réu, sendo defeso efetuá-la em qualquer lugar em que este for encontrado pelo oficial de justiça.

17. Assinale a incorreta. Haverá julgamento com resolução de mérito:

- A) Quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor e quando as partes transigirem.
- B) Quando o juiz pronunciar a decadência e a prescrição ou quando o autor desistir da ação.
- C) Quando réu reconhecer a procedência dos pedidos.
- D) Quando o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.

18. Assinale a alternativa correta:

- A) Não é cabível antecipação de tutela no Juizado Especial Cível.
- B) No processo civil comum, havendo abuso no direito de defesa, o juiz poderá antecipar total ou parcialmente os efeitos da tutela pretendida, ainda que não haja pedido do autor neste sentido.
- C) A antecipação de tutela poderá ser concedida, revogada ou modificada pelo juiz a qualquer tempo, desde que o faça fundamentadamente.
- D) O relatório é requisito essencial da decisão que antecipa a tutela, dada a semelhança desta decisão com a sentença.

19. Assinale a alternativa correta.

- A) Ao juiz, togado ou leigo, caberá proceder, direta e pessoalmente, à colheita das provas orais, não podendo delegar esta função ao conciliador ou a outros serventuários da justiça.
- B) A conciliação poderá ser tentada a qualquer tempo, desde que não tenha sido prolatada a sentença.
- C) O termo de conciliação, assinado pelas partes e homologado pelo juiz, terá valor de título executivo extrajudicial.
- D) O Poder Judiciário tem como função precípua a confecção de sentenças. Por este motivo, conciliar as partes não se insere na atividade fim do Poder Judiciário.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Comarca de Rio Branco

20. Assinale a alternativa correta:

- A) Se o réu não contestar a ação, presume-se que o autor tenha o direito alegado na petição inicial, devendo o juiz, obrigatoriamente, julgar antecipadamente a lide em favor do autor.
- B) O processo deverá ser extinto sem julgamento de mérito, quando o advogado de uma das partes falecer.
- C) No processo civil brasileiro, as decisões interlocutórias não necessitam de fundamentação.
- D) A petição inicial deverá ser indeferida quando inepta, salvo quando possível emendá-la.

21. Em relação à aplicação da pena, assinale a alternativa incorreta:

- A) As circunstâncias e consequências do crime são levadas em conta na análise das circunstâncias judiciais (art. 59 do Código Penal).
- B) O comportamento da vítima não é levado em conta na análise das chamadas circunstâncias judiciais (art. 59 do Código Penal).
- C) Incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.
- D) Os motivos do crime podem constituir uma agravante.

22. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I – A perda de bens e valores pertencentes ao condenado ocorre em favor da vítima.
 - II – A limitação de fim de semana obriga o condenado a permanecer cinco horas diárias aos sábados e domingos em casa de albergado ou estabelecimento adequado.
 - III – Na dosimetria da pena, o juiz deverá fixar a pena base atendendo ao critério do art. 59 do Código Penal; em seguida, considerar as circunstâncias atenuantes e agravantes, por último, as causas de diminuição e de aumento de pena.
 - IV – Excepcionalmente, o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade pode ser superior a trinta anos.
- A) Apenas o item II está correto;
 - B) Estão corretos os itens I, II e III;
 - C) Estão corretos os itens II e III;
 - D) Estão incorretos os itens III e IV.

23. Relativamente à tutela penal do meio ambiente e à Lei n.º 10.826/2003, assinale a opção correta.

- A) A responsabilidade de pessoa jurídica na prática de crime ambiental exclui a responsabilidade das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
- B) O abate de animal silvestre, quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família, constitui crime ambiental.
- C) O agente que circula com uma arma de fogo de uso permitido, acondicionada no interior do veículo, sem autorização para portá-la, comete infração penal.
- D) É permitido o porte de arma de fogo aos integrantes das guardas municipais, mesmo fora de serviço.

24. Constituem crimes contra as relações de consumo previstas no Código de Defesa do Consumidor as seguintes condutas, exceto:

- A) Empregar na reparação de produtos peça ou componentes de reposição usados, sem autorização do consumidor.
- B) Deixar de comunicar à autoridade competente e aos consumidores a nocividade ou periculosidade de produtos cujo conhecimento seja posterior à sua colocação no mercado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Comarca de Rio Branco

- C) Fazer afirmação falsa ou enganosa ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços.
- D) Deixar de entregar ao consumidor a Nota Fiscal de aquisição de produto.

25. Assinale a alternativa correta:

- A) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.
- B) O erro sobre elemento constitutivo do tipo penal não exclui o dolo, mas exclui a culpa.
- C) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena, devendo ser consideradas as condições ou qualidades da vítima da infração.
- D) O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, não isenta de pena, mas poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

26. Assinale a alternativa correta:

- A) O inquérito policial pode ser arquivado pelo próprio delegado de polícia, uma vez constatada a atipicidade do fato.
- B) O inquérito policial pode ser instaurado, de ofício, pela autoridade policial, ainda que se trate de crime de ação penal privada.
- C) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que não poderá ser indeferida pela autoridade policial.
- D) Segundo o Código de Processo Penal, o prazo para término do inquérito policial é de 30 dias, se o indiciado estiver solto, e pode ser prorrogado por determinação da autoridade judiciária competente.

27. Assinale a alternativa incorreta:

- A) Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o Juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o Juiz obrigado a atender.
- B) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.
- C) Deve ser aceita a queixa-crime em ação penal privada subsidiária, quando o Ministério Público manifestar-se pelo arquivamento do inquérito policial.
- D) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

28. Assinale a opção correta quanto à competência no processo penal.

- A) Na determinação da competência por conexão ou continência, havendo concurso entre a jurisdição especial e a comum, prevalecerá esta.
- B) Tratando-se de infração permanente, praticada em território de duas ou mais comarcas, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- C) No caso de crime permanente ou continuado, praticado em território de duas ou mais comarcas, será competente o foro do domicílio do réu.
- D) O *caput* do art. 70 do Código de Processo Penal estabelece que a competência sempre será determinada pelo lugar em que for praticado o último ato de execução, ainda que a infração venha a se consumir em local diverso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Comarca de Rio Branco

29. Assinale a alternativa correta:

- A) O Juiz ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo na sua totalidade e não apenas em parte.
- B) O réu não pode ser novamente interrogado, salvo se houver pedido fundamentado de qualquer das partes.
- C) O silêncio do réu implica confissão e pode ser interpretado em prejuízo da defesa.
- D) O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.

30. Assinale a alternativa incorreta acerca da citação no processo penal.

- A) Estando o acusado no estrangeiro, será ele citado por edital, ainda que esteja em lugar sabido.
- B) Quando o réu residir em comarca diversa daquela em que o juiz processante exerce sua jurisdição, a citação do acusado deve ser realizada por carta precatória.
- C) Se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.
- D) A citação inicial far-se-á por mandado, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.

31. Assinale a alternativa correta:

- A) No caso de desmembramento da audiência, o reclamante somente poderá desistir da ação sem o consentimento do reclamado até a audiência de conciliação;
- B) É vedado no juizado especial cível o aditamento do pedido após a audiência de conciliação;
- C) O valor do pagamento convencionado em acordo das partes na audiência de conciliação pode exceder o valor de quarenta salários-mínimos;
- D) É possível a acumulação de preposto e advogado na mesma pessoa.

32. Sobre a competência dos juzados especiais cíveis, é correto afirmar que:

- A) O reclamante poderá apresentar qualquer ação de despejo, desde que observado o valor de 40 salários-mínimos;
- B) Não poderá ser ajuizada ação de reintegração de posse no juizado especial cível;
- C) O reclamante poderá propor ação de ressarcimento por dano em prédio urbano com pedido de indenização superior a 40 salários-mínimos;
- D) Tendo em vista o princípio da simplicidade previsto no artigo 2º da Lei nº 9.099/95, demandas juridicamente complexas não são admitidas no juizado especial cível, sendo adequado o procedimento ordinário do juízo comum.

33. Pode apresentar reclamação no juizado especial cível:

- A) Órgão estadual criado e estruturado por lei específica para a defesa do consumidor;
- B) O maior de 16 anos, desde que assistido na forma da legislação civil;
- C) O condomínio residencial em face do condômino para cobrança de dívida condominial;
- D) Empresas públicas, excluídas as controladas pela União.

34. Examine as assertivas abaixo:

- I - Não se admitirá, em demanda em trâmite no juizado especial cível, qualquer forma de intervenção de terceiro ou de assistência.
- II – É possível a formação de litisconsórcio no juizado especial cível.
- III – Não se admitem embargos de terceiro no sistema do juizado especial cível.
- IV – É incabível a interposição de agravo em face das decisões antecipatórias de tutela proferidas no juizado especial cível.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Comarca de Rio Branco

- A) Apenas as alternativas I e IV estão corretas;
- B) Todas as alternativas estão corretas;
- C) As alternativas II e III estão erradas.
- D) Apenas a alternativa III está errada.

35. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), é possível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor:

- A) Em qualquer demanda, sendo o único requisito a condição de consumidor do reclamante/autor;
- B) A critério do juiz, no processo civil, quando for verossímil a alegação do consumidor ou quando este for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;
- C) A critério do juiz, no processo civil ou penal, quando for verossímil a alegação do consumidor ou quando este for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;
- D) Apenas quando o consumidor comprovadamente demonstrar hipossuficiência econômica.

36. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

- A) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos duráveis;
- B) quarenta dias, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos não duráveis;
- C) quinze dias, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos não duráveis;
- D) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos duráveis.

37. Assinale a alternativa correta:

- A) O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina;
- B) Na cobrança de débitos o consumidor inadimplente poderá ter seu nome divulgado em lista de devedores publicada em jornal de grande circulação;
- C) É válida cláusula contratual que autorize o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração;
- D) O contrato de adesão é aquele cujas cláusulas foram estabelecidas em consenso entre o consumidor e o fornecedor.

38. Segundo o Código de Trânsito (Lei nº 9.503/97), constitui infração gravíssima:

- A) Usar o veículo para arremessar, sobre os pedestres ou veículos, água ou detritos;
- B) Transportar crianças em veículo automotor sem observância das normas de segurança especiais estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro;
- C) Deixar o condutor ou passageiro de usar o cinto de segurança;
- D) Transitar pela contramão de direção em vias com duplo sentido de circulação.

39. Pode ser proposta no Juizado Especial da Fazenda Pública:

- A) Ação de mandado de segurança contra ato de dirigente de autarquia estadual;
- B) Ação civil pública para a aplicação de sanção por ato de improbidade administrativa;
- C) Reclamação com pedido de indenização no valor de 45 salários-mínimos em face do Município de Rio Branco;
- D) ação popular para anulação de ato contrário à moralidade administrativa.

40. Ainda sobre o Juizado Especial da Fazenda Pública, é correto afirmar que:

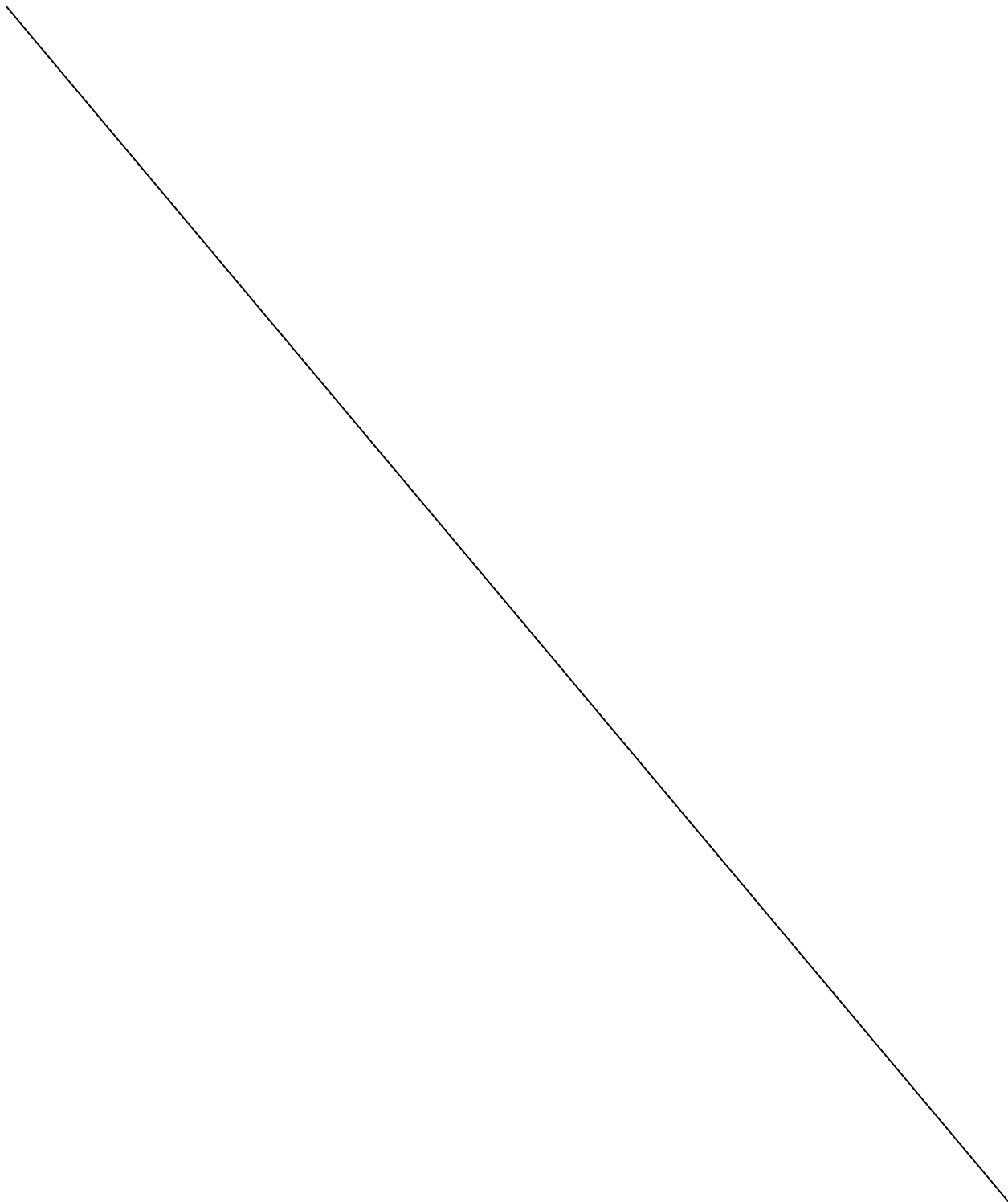
- A) As pessoas jurídicas de direito público terão prazo em dobro para contestar e recorrer;
- B) Haverá reexame necessário das sentenças condenatórias das entidades de direito público;
- C) O cumprimento do acordo ou da sentença, com trânsito em julgado, que imponham obrigação de fazer, não fazer ou entrega de coisa certa, será efetuado mediante ofício do juiz à autoridade citada para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Comarca de Rio Branco

a causa, com cópia da sentença ou do acordo.

D) Não poderá ser antecipada a tutela em desfavor das pessoas jurídicas de direito público da administração direta.



Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Comarca de Rio Branco

PROVA DISCURSIVA – QUESTÕES TEÓRICAS – FOLHA DE RESPOSTA OFICIAL

1. Todos os direitos e garantias fundamentais encontram-se expressos na Constituição Federal. Comente a assertiva.

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15.

16.

17.

18.

19.

20.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Comarca de Rio Branco

PROVA DISCURSIVA – QUESTÕES TEÓRICAS – FOLHA DE RESPOSTA OFICIAL

2. Qual a teoria aceita pela doutrina e jurisprudência pátria para aplicação da responsabilidade objetiva do Estado? Mencione também quais são as circunstâncias excludentes dessa responsabilidade.

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15.

16.

17.

18.

19.

20.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



PROVA DISCURSIVA – QUESTÕES TEÓRICAS – FOLHA DE RESPOSTA OFICIAL

3. Fale sobre as condições da ação.

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15.

16.

17.

18.

19.

20.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--	--



PROVA DISCURSIVA – QUESTÕES TEÓRICAS – FOLHA DE RESPOSTA OFICIAL

4. Disserte sobre o tema "inadmissibilidade das provas ilícitas no processo penal", abordando os seguintes aspectos: distinção entre prova ilícita e ilegítima, Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada e consequência da decisão que declara a prova inadmissível.

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15.

16.

17.

18.

19.

20.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--	--



PROVA DISCURSIVA – QUESTÕES TEÓRICAS – FOLHA DE RESPOSTA OFICIAL

5. Descreva três práticas abusivas contra o consumidor, passíveis de reparação por dano moral no juizado especial cível.

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15.

16.

17.

18.

19.

20.

Sentença:

Dado o caso que segue abaixo, elabore a sentença, que não deverá conter relatório. Máximo de 60 linhas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Comarca de Rio Branco

José da Silva, funcionário público estadual, por intermédio de seu advogado, ajuizou reclamação perante o Juizado Especial Cível da Comarca de Rio Branco. Em sua petição inicial articulou os fatos adiante narrados.

Em 15 de maio de 2012, José da Silva teria se dirigido à loja AZ Eletro e adquirido uma máquina de café expresso. Ficou combinado que o pagamento seria da seguinte forma: R\$ 500,00 à vista e 3 prestações mensais de R\$ 500,00, vencidas no dia 15 dos meses subsequentes, totalizando dois mil reais. A cafeteira seria entregue ao comprador no prazo máximo de 30 dias, ou seja, até o dia 15 de junho.

Chegada a data para a entrega do produto, a AZ Eletro não o disponibilizou ao consumidor, que, então, resolveu não pagar as prestações. No dia 10 de julho de 2012, José da Silva teve ciência de que seu nome fora enviado pela AZ Eletro ao órgão de proteção ao crédito (Serasa), razão pela qual ficou impossibilitado de ser fiador de seu irmão em um contrato de locação.

Por causa destes acontecimentos, José da Silva pleiteou no Juizado: (1) indenização por danos morais sofridos, no valor de 30 salários mínimos; (2) devolução em dobro da quantia paga à AZ Eletro (R\$ 500,00 x 2 = R\$ 1.000,00); (3) inversão do ônus da prova, por entender que é consumidor e a isso tem direito.

Restando infrutífera a conciliação, a AZ Eletro apresentou sua defesa, aduzindo o que segue abaixo. Confirma a existência da compra, nos moldes descritos pelo consumidor em sua reclamação. No entanto, alega ter deixado de entregar o produto dentro do prazo porque, por se tratar de uma cafeteira importada da Itália, ainda não fora liberada no porto de São Paulo pelos servidores da Receita Federal, que estariam de greve. Disse não ter culpa no atraso, sendo que a cafeteira seria entregue tão logo acabasse a greve na Receita Federal e o produto fosse liberado. Alega que tentou entrar em contato diversas vezes com o consumidor para alertá-lo do atraso, mas infrutiferamente, pois José da Silva teria modificado seu número de celular. Aduz ser legítimo o lançamento do nome do consumidor na Serasa, dada a inadimplência. Disse ser indevido o pagamento de danos morais, ainda mais no valor requerido, quantia que julgou exorbitante. Por fim, disse que o caso em questão não enseja a inversão do ônus da prova ou a devolução em dobro das quantias pagas. Comprometeu-se a entregar a cafeteira assim que a greve na Receita Federal acabasse, desde que o consumidor efetue o pagamento das quantias em atraso. Requereu a improcedência de todos os pedidos formulados por José da Silva em sua reclamação.

Não houve produção de provas orais, mas tanto o reclamante quanto o reclamado juntaram documentos que comprovam a veracidade dos fatos que ambos alegaram.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Comarca de Rio Branco

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Comarca de Rio Branco

39.

40.

41.

42.

43.

44.

45.

46.

47.

48.

49.

50.

51.

52.

53.

54.

55.

56.

57.

58.

59.

60.

RASCUNHO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Comarca de Rio Branco

RASCUNHO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Comarca de Rio Branco